

1 Ata da 7<sup>a</sup> Reunião do  
2 Grupo de Acompanhamento da  
3 Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai  
4

5 Local: Cuiabá, Parque M Okamura

6 Data: 21 de junho de 2016

7 Participantes: lista de presença (Anexo1)

8

9 Abertura

10 Leonardo Sampaio Costa, coordenador do grupo de acompanhamento - GAP, abriu os  
11 trabalhos saudando a presença de todos. Nos informes, Leonice Lotufo relatou que, na  
12 próxima semana, será realizada a reunião de partida do Fórum Mundial da Água e, na  
13 semana seguinte, acontecerá o Encontro Nacional de Comitês de Bacia (ENCOB) que  
14 tem inscrições abertas.

15 Hidrogeologia

16 Fabrício Bueno da F. Cardoso, ANA, apresentou resultados do estudo de águas  
17 subterrâneas (Anexo 2), que identificou 16 unidades hidrogeológicas que foram  
18 caracterizadas em termos de capacidade de quantidade e qualidade da água. Alessandra  
19 Panizi, FIEMT, solicitou esclarecimentos em relação ao aquíferos Parecis e a questão do  
20 divisor de águas, bem como da importância da condutividade elétrica. Márcia Divina  
21 Oliveira, Embrapa, indagou sobre a interação entre os aquíferos da bacia sedimentar do  
22 Pantanal e os demais. Foi esclarecido pelos presentes que essa comunicação é complexa,  
23 mas de forma geral esses aquíferos contribuem para o Pantanal. Débora F. Calheiros,  
24 FONASC, indagou sobre a questão de contaminação. Fabrício Cardoso esclareceu que a  
25 informação é muito pequena. Nilo Peçanha Coelho Filho, Consórcio Intermunicipal para  
26 o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Taquari, esclareceu que existe  
27 um trabalho da Embrapa Solos que identificou a presença de arsênio, chumbo e  
28 agrotóxicos a partir de monitoramento realizado durante cerca de um ano. Márcia  
29 Divina Oliveira questionou a contaminação do aquífero pela pecuária, tendo em vista  
30 que o nitrogênio pode ser aproveitado pelas plantas, e ressaltou a importância de dar  
31 destaque ao aquífero Pantanal para a dessendentação animal e abastecimento na área  
32 rural. Fabrício Cardoso afirmou que a informação sobre pecuária se baseia em estudo do

33 Ministério do Meio Ambiente em 2006 e que as informações hidrogeológicas são muito  
34 restritas na região. A ANA esclareceu que não conseguiu todo o estudo da Sanesul Tajal  
35 sobre o Mato Grosso do Sul. Dulcélya Monica de Q. Souza, SANESUL, informou que  
36 vai buscar os relatórios desse estudo em CD. Nilo Coelho ressaltou o desperdício de  
37 água em poços jorrantes. Foi discutida entre os presentes a obtenção do estudo do  
38 IBAMA a respeito do impacto da mineração em Poconé sobre o abastecimento da  
39 comunidade situada próxima.

40 Fernando Roberto de Oliveira, ANA, destacou a importância de estudar a integração  
41 entre águas superficiais e subterrâneas, destacando a metodologia adotada e os  
42 resultados obtidos (Anexo 3). Débora Calheiros e Nilo Coelho comentaram a  
43 importância do uso e ocupação do solo sobre a recarga dos aquíferos. Leonardo Costa  
44 registrou que o IMASUL tem incorporado nas análises de outorga o coeficiente de  
45 sustentabilidade dos aquíferos. Débora Calheiros fez comentários sobre recarga e gestão  
46 ecossistêmica. Walter Carvalho Júnior, SEMA, indagou sobre a atuação da ANA no  
47 sentido de indicar como enfrentar questões como seca e enchentes. Fernando Oliveira  
48 comentou que na parte de enchentes existe estudo. Sérgio Rodrigues Ayrimoraes, ANA,  
49 destacou a importância do tema da integração entre águas subterrâneas e superficiais e  
50 que as informações produzidas até o momento devem ser utilizadas para o processo  
51 decisório do plano de recursos hídricos. Informou que considera que o tema de eventos  
52 críticos, incluindo enchentes, foi explorado na nota técnica referente à hidrologia.

### 53 Abastecimento Urbano

54 Rosana Mendes Evangelista, ANA, informou que não foi possível concluir a nota sobre  
55 qualidade da água superficial. Relatou que a contratação da empresa responsável pela  
56 elaboração do plano de recursos hídricos teve 7 empresas habilitadas e que os envelopes  
57 com as propostas deverão ser abertos nos próximos dias. Adicionalmente, propôs a  
58 realização de reunião do GAP no mês de agosto para consolidação das contribuições ao  
59 diagnóstico recebidas nas últimas semanas. Em seguida, fez uma apresentação sobre a  
60 situação do abastecimento urbano de água nos municípios que se baseia no Atlas de  
61 Abastecimento Urbano, elaborado pela ANA em 2010 (Anexo 4). Nilo Coelho ressaltou  
62 que algumas das cidades que tem níveis de cobertura de rede inferior estão passando por  
63 forte crescimento da população. Foram realizados questionamentos em relação ao  
64 elevado índice de perdas na distribuição de água na região, que alcança 59%, e os

65 investimentos necessários associados aos sistemas de produção de água, da ordem de  
66 R\$ 95 milhões, que não inclui distribuição de água. Dulcélya Monica de Q. Souza  
67 informou que vai levantar informações sobre os investimentos realizados desde 2010.  
68 Sérgio R. Ayrimoraes demonstrou preocupação com o excessivo aprofundamento do  
69 debate de algumas questões, mas que o foco deve ser, por exemplo, em como o plano de  
70 recursos hídricos pode abordar a questão dos elevados índices de perda que estão na  
71 governabilidade do sistema. Débora F. Calheiros pediu a elaboração de nota técnica  
72 sobre as populações ribeirinhas, as comunidades tradicionais e conflitos consolidando as  
73 informações existentes, tendo em vista as restrições orçamentárias atuais. Sérgio R.  
74 Ayrimoraes informou que esse estudo está previsto no âmbito das tratativas relacionadas  
75 à Embrapa. Luiz H. Noquelli, SEMA, informou que todos os municípios da bacia do  
76 Alto Paraguai (BAP) em Mato Grosso estão com seus planos de saneamento elaborados  
77 e indagou se essa informação havia sido sistematizada. Relatou que o plano estadual de  
78 recursos hídricos sobre a bacia do Pantanal vai ser elaborado e deverá se basear nos  
79 planos municipais. Nilo Coelho informou que no Mato Grosso do Sul nem todos os  
80 municípios tem planos de saneamento.

## 81 Caracterização Legal e Institucional

82 Rosana Mendes Evangelista fez apresentação sobre o quadro legal e institucional da  
83 gestão de recursos hídricos nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Anexo  
84 5). Solicitou contribuições para atualizar a nota técnica sobre o assunto. Márcia D.  
85 Oliveira indagou quem seria responsável pelo enquadramento dos corpos hídricos.  
86 Rosana M. Evangelista respondeu que será elaborada uma proposta no âmbito da  
87 elaboração do plano de recursos hídricos e que cada conselho de recursos hídricos é  
88 responsável pela aprovação em função da dominialidade do corpo hídrico, federal ou  
89 estadual. Luiz H. Noquelli informou que existe uma proposta de enquadramento cuja  
90 discussão deverá ser realizada com a retomada das atividades do Conselho Estadual de  
91 Recursos Hídricos de Mato Grosso. Leonardo S. Costa relatou que já existe  
92 enquadramento de vários rios e que está sendo elaborada uma proposta para dois  
93 trechos de rios na bacia. Luiz H. Noquelli comentou que é cobrada uma taxa para a  
94 publicação das outorgas e informou que existe uma rubrica de recursos hídricos no  
95 Fundo Estadual de Meio Ambiente, mas que o uso desse recurso não é exclusivo. Foi  
96 relatado que o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) de Mato Grosso foi questionado  
97 e não está sendo aplicado, mas a discussão do instrumento está começando a ser  
98 retomada. A segunda aproximação do ZEE em Mato Grosso do Sul foi realizada. Ângelo  
99 J. R. Lima, WWF, sugere que, além de descrever outros planos existentes na bacia, como

100 por exemplo o Programa Marco da Bacia do Prata, identificando quais são as ações que  
101 serão implementadas e possam colaborar com os desafios da bacia. Debora Calheiros  
102 cita que existem experiências da sociedade civil para a gestão transfronteriza, como a  
103 Rede Pantanal de ONG e movimentos sociais do Brasil, Bolívia e Paraguai, a Aliança  
104 Sistema de Humedales Paraguai Paraná, que apresentou documentos no GAP, e a  
105 Convenção Ramsar sobre as preocupações com as ações de desenvolvimentos na parte  
106 alta da bacia brasileira.

## 107 Áreas Úmidas da Bacia do Alto Paraguai

108 Cátia Nunes da Cunha, UFMT, apresentou conceitos relativos a áreas úmidas e sua  
109 classificação. Nilo Coelho falou sobre a situação de campos de murundus, que nos anos  
110 90 o Estado de Goiás estabeleceu uma legislação específica de proteção, e que no Mato  
111 Grosso do Sul por não ter uma lei de proteção, a área foi drenada diminuindo o volume  
112 dos rios. C N. da Cunha falou que estão sendo construídos drenos na região de Cáceres,  
113 demonstrando a sua preocupação. Wolfgang Junk, Instituto Nacional de Ciência e  
114 Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU), falou da importância da visão de tempo no  
115 planejar, citando que o plano da agricultura é curto prazo e prazo do político no período  
116 de nova eleição, e que o plano de bacia tem que ser feito para longo prazo, considerando  
117 que o futuro será água. Descreveu que as mudanças na paisagem em 20 anos foram  
118 significativas na BAP, com diminuição do volume de água e desaparecimento de corpos  
119 hídricos. Débora Calheiros disse que a definição de áreas úmidas e recursos hídricos foi  
120 apresentado no Conselho Nacional de Zonas Úmidas está em discussão no Conselho  
121 Nacional de Recursos Hídricos. Belmiro , pescador , falou sobre a sobre a barragem do  
122 Manso e os problemas decorrentes da deposição de efluentes diretos nos rios causando  
123 poluição diminuindo a presença de peixe nos rios; Criticando a construção de usinas de  
124 produção de energia e as dragas no rio Cuiabá. Leonardo S. Costa posicionou que as  
125 reuniões são importantes e necessárias para entender e estabelecer o diagnóstico.

## 126 Mobilização e Participação Social no PRH Paraguai

127 José Luiz G. Zoby, ANA, apresentou a proposta de comunicação e planejamento  
128 participativo para elaboração do plano de recursos hídricos (Anexo 6). Ângelo J. R. Lima  
129 questionou os locais da oficinas e seminários da participação e se era possível que  
130 fossem realizados em outros municípios. Falou também que antes das oficinas deveriam  
131 ser enviados documentos. José Luiz Zoby descreveu que este cuidado já existe e que a  
132 consultoria a ser contratada deve apresentar um plano de trabalho. Débora Calheiros  
133 falou de um projeto de extensão específico para comunidades tradicionais e que  
134 convidará a ANA para participar. Marcia Divina Oliveira questionou que a participação

135 pública será pequena, que será apresentado para os mesmos. Débora Calheiros fez a  
136 proposta de ter uma apresentação sobre mudanças climáticas. Ângelo J. R. Lima fez a  
137 proposta de apresentar o tema “Análise sobre o impacto no fluxo hídrico frente a  
138 cenários de intervenção”.

139 Encaminhamentos

140 Foi aprovada reunião em agosto, antecipando a reunião de setembro, tendo sido  
141 estabelecidos os dias 10 e 11 de agosto de 2016 em Campo Grande (MS).

142